

**SOFRIMENTO PSICOSSOCIAL DAS POPULAÇÕES  
TRANSEXUAIS E TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE  
RUA**

**PSYCHOSOCIAL SUFFERING OF TRANSSEXUAL  
AND TRANSCENT POPULATIONS IN STREET CON-  
DITIONS**

Thallis Sousa Silva<sup>1</sup>

Leonardo Felipe Rocha<sup>2</sup>

Karen de Souza Silva<sup>3</sup>

Julia Moura da Silva Acerbi<sup>4</sup>

Wemerson Francelino da Silva<sup>5</sup>

Marcelo Moreira Neumann<sup>6</sup>

**Resumo:** O artigo apresenta uma discussão acerca do sofrimento psicossocial das populações transexuais e travestis em situação de rua. A pesquisa foi realizada através de uma tipologia exploratória qualitativa, pautada em uma revisão bibliográfica acerca do tema, tendo sido utilizados como base 5 entrevistas — relatos e reportagens — em formatos audiovisual e escrito. O objetivo da pesquisa reside na compreensão das relações entre a transexualidade e as vivências em situação de rua na constituição do sofrimento psicossocial. Foram abordados alguns dos determinantes que levam ao desalojamento; as vivências desta população em

- 
- 1 Universidade Presbiteriana Mackenzie
  - 2 Universidade Presbiteriana Mackenzie
  - 3 Universidade Presbiteriana Mackenzie
  - 4 Universidade Presbiteriana Mackenzie
  - 5 Universidade Presbiteriana Mackenzie
  - 6 Universidade Presbiteriana Mackenzie

situação de rua e os movimentos institucionais que fornecem abrigo e acolhimento, tendo destaque a instituição “Casa Florescer”, localizada no Centro de São Paulo. A partir de uma perspectiva sócio-histórica da psicologia, foi traçado o perfil destas pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, sendo analisados os processos de marginalização desse grupo social e historicamente oprimido. Por fim, pela análise dos relatos, conclui-se que as formas de tratamento dadas pela comunidade, família e instituições, são de ampla influência para potencializar a chegada dessa população à situação de rua, assim com sua permanência nesta condição, que ainda é agravada pela ausência de políticas públicas eficazes que deveriam garantir acesso à saúde e à moradia dignas.

**Palavra-Chave:** Transexualidade, Situação de rua, travestis, psicossocial.

**Abstract:** The article presents a discussion about the psychosocial suffering of transsexual and transvestite populations living on the streets. The research was carried out through a qualitative exploratory typology, based on a literature review on the subject, having been used as a basis 5 interviews - reports and reports - in audiovisual and written formats. The objective of the research is to understand the relationship between transsexuality and the experiences in the street in the constitution of psychosocial suffering. Some of the determinants that lead to homelessness were addressed; the experiences of this homeless population and the institutional movements that provide shelter and reception, with

emphasis on the institution “Casa Florescer”, located in downtown São Paulo. From a socio-historical perspective of psychology, the profile of these people living on the streets in the city of São Paulo was drawn, and the processes of marginalization of this social and historically oppressed group were analyzed. Finally, from the analysis of the reports, it is concluded that the forms of treatment given by the community, family and institutions, are of wide influence to enhance the arrival of this population on the streets, as well as their permanence in this condition, which is still aggravated by the absence of effective public policies that should guarantee access to health and decent housing.

**Keyword:** Transsexuality, Homlessness, transvestites, psychosocial.

## INTRODUÇÃO

Nas grandes metrópoles, como São Paulo, a presença de pessoas em situação de rua não é incomum. Conforme Sicari e Zanella (2018) apontam, o fenômeno, já intensificado no século XX com o êxodo rural e os processos migratórios, continua em ascensão, relatando que “a maioria das pessoas em situação de rua são provenientes de áreas urbanas, sendo o deslocamento do campo para a cidade não mais uma realidade frequente” (Sicari e Zanella, 2018, p. 633, apud. Brasil, 2009).

No Brasil, não há dados oficiais sobre a população em situação de rua, mas conforme estimativa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2015, existiam cerca de 101.854 mil pessoas vivendo nessa situação no país, até março

desse mesmo ano. A ausência de informações dificulta o acesso e a elaboração de políticas públicas a uma população nem mesmo contabilizada, justificando a invisibilização governamental e a falta de ações afirmativas. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o perfil predominante desse contingente é de homens (82%), com idade entre 25 e 44 anos (53%) e que se autodeclararam pardos (39,1%), a maior parte desses entrevistados trabalha ou exerce algum trabalho remunerado na rua (Sicari e Zanella, 2018 apud Brasil, 2009).

Dentre os motivos para a manutenção desses números, Sicari e Zanella (2018) destacam o uso abusivo de álcool e outras drogas, o rompimento de vínculos, conflitos afetivos e familiares, e o desemprego. Essas questões multifatoriais apontadas

podem sofrer um agravamento quando vinculadas a um grupo social que diferencia do padrão normativo, com enfoque nas questões atreladas a gênero.

Segundo Butler (2002 apud Gomes e Pereira, 2017), o sexo, por si só, não é definidor do gênero do indivíduo, pois essas duas categorias têm funcionamentos independentes. Desse modo, pode-se notar que existe uma variedade infinita de gêneros, diferentemente do que é estabelecido social e culturalmente. Para a autora, a definição de gênero acontece em um momento posterior ao sexo, e o gênero seria, portanto:

“a estabilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir uma

substância, de uma classe natural de ser” (Buttler, 2008, p. 59, apud Pereira, 2017, p. 213-214).

Nesta perspectiva, então, para conceituar a questão de gênero, faz-se necessário “considerar as relações sociais, políticas, econômicas e culturais entre os sexos, as quais sinalizam condições de desigualdade ainda existentes, sobretudo nas relações de poder” (Pedra et al., 2018, p.172). As marcas dessas relações de poder podem ser observadas nas expectativas de vida da população trans, de apenas 35 anos, sendo metade da média nacional (Bortoni, 2017), reflexo de uma sociedade que privilegia um padrão heteronormativo e marginaliza grupos que não se enquadram neste.

Para realizar o estudo, é necessário, antes, definir a amos-

tra. Os termos “transexual” e “travesti” podem soar como disruptivos ao público que não tem contato ou acesso a esta população. Uma pessoa travesti está associada ao sujeito — geralmente nascido com pênis — que se veste, age e se vê como mulher, e a genitália masculina não é um empecilho nessa auto identificação, assumindo os papéis de gênero diferentes daqueles impostos pela sociedade (Carvalho, 2018); a transexual, por outro lado, tem uma maior dificuldade em aceitar seu corpo biológico e tem uma postura de identificação no parâmetro do gênero oposto (masculino ou feminino), o que contribuirá, possivelmente, para que ela se submeta a cirurgias de modo a alterar seus atributos físicos e até genitais (Carvalho, 2018, apud ABGLT, 2007).

De acordo com Fraser (2006, p.324) “o gênero não é so-

mente uma diferenciação econômico-política, mas também uma diferenciação de valoração cultural”. No Brasil, as populações LGBTQI+ são marcadas por uma extrema desigualdade social e ausência de direitos, ainda mais evidenciada nas populações pobres que não somente ocupam às margens da sociedade, mas “fazem parte também deste corte de exclusão do estado” (Padros et al., 2018, p.149), em que populações transexuais e travestis são colocadas numa posição de abjeção em relação ao restante da sociedade.

A marginalização de grupos socialmente oprimidos, como o aqui tratado, resulta em maiores índices de evasão escolar, menor instrução e ausência de representatividade nas diversas camadas sociais, especialmente no mercado de trabalho (PEDRA et al, 2018). A exclusão

do mercado de trabalho, ainda, é um dos fatores que impulsiona a prostituição como única alternativa para geração de renda, dado que “recusadas pelo mercado formal, essas pessoas precisam buscar no meio informal o seu sustento, geralmente se prostituindo e, muitas vezes, envolvendo-se na prática de pequenos delitos, o que também as coloca sob o jugo da sociedade” (Pedra, 2018 apud Pedra et al., 2018, p. 178).

## JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que, em 2019, o Brasil foi o país que mais matou pessoas trans no mundo, conforme os dados levantados no dossiê “Assassinatos e violências contra travestis brasileiras e transexuais em 2019”, realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (2019), a produção desta pesquisa se apre-

sendo importante para expandir a compreensão desta problemática, visto que pretende analisar os impactos de uma parte significativa desse grupo, que se encontra em situação de rua e é submetida às condições de violência e vulnerabilidade social, agravadas pela falta de políticas públicas de inclusão.

A relevância da pesquisa se dá pela possibilidade de explorar este tema analisando as problemáticas de maneira adjacente, tendo em vista que esta é uma realidade social comum entre uma parte da população de transexuais e travestis que são alvos de preconceitos nas diversas esferas que constituem a sociedade. Assim, o sofrimento psicossocial entre as que vivem em situação de rua ultrapassa a exclusão gerada pela condição de marginalização perante a sociedade, se fundindo a uma teia de

discrepâncias sociais, baseadas numa lógica transfóbica que gera sofrimento e exclusão étnico-política.

## **OBJETIVOS GERAIS**

Com base em banco de dados, o trabalho se propôs a analisar produções audiovisuais de domínio público que explicitam narrativas de pessoas trans em situação de rua, os determinantes sociais para a marginalização e suas vivências diante de tal cenário, focalizando a temática de mulheres Trans e Travestis em situação de rua na capital da cidade de São Paulo.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

1) Compreender e analisar o fenômeno de marginalização da população transexual e travesti em situação de rua;

2) Identificar possíveis implicações psicossociais causadas pelo cotidiano de exclusões e violências, vivenciadas por mulheres trans em situação de rua;

3) Analisar as relações entre a transexualidade e as vivências em situação de rua na constituição de sofrimento psicossocial;

4) Compreender as perspectivas para o futuro de frequentadoras de instituições de acolhimento para mulheres Trans/Travestis em situação de rua.

## MÉTODO

A pesquisa foi realizada através da tipologia exploratória qualitativa, contando com seu desenvolvimento pautado na pesquisa bibliográfica acerca do tema, na qual utilizaremos como

método a revisão e a análise da literatura de forma que foi possível analisar as vivências da população transsexual e travesti em situação de rua e os seus aspectos psicossociais. De modo a obter resultados e respostas a respeito da problematização apresentada neste trabalho, foi elaborado um roteiro semi-estruturado para centralizar as questões que podem emergir dos discursos, assim como as possibilidades de discussão dos conceitos que são apresentados no presente trabalho.

Foram analisadas 05 entrevistas, relatos e reportagens, em formato de vídeo e escritas, nas quais o critério de inclusão empregado diz respeito às produções que elucidam as vivências da população Transsexual e Travesti da cidade de São Paulo com idade entre 18 e 60 anos, que já tenham vivido ou vivem



em situação de rua e, atualmente, frequentam ou encontram-se em situação de abrigo em instituições de acolhimento, promoção de saúde, educação, etc. a esta população.

Os critérios para seleção de conteúdo foram tidos com base em: I) vivência em situação de rua, II) determinantes para chegar à situação de rua, III) como se dá a relação com outros sujeitos neste contexto, IV) violências e vulnerabilidades sociais devido à condição. Para tanto, serão realizadas pesquisas em mecanismos de busca na internet sob as palavras-chave “Transexuais em situação de rua”, “travestis em situação de rua”, “transfobia em situação de rua”, “população lgbtqi+ em situação de rua” e “casas de acolhimento para transexuais e travestis em situação de rua”.

Os conteúdos selecionados foram, inicialmente, assisti-

dos e lidos pelos pesquisadores (as) e, posteriormente, debatidos com base nos critérios de inclusão da pesquisa. Após seleção, ocorreu a análise crítica dos conteúdos por meio das técnicas apresentadas por Bardin (2011), que consistem em analisar, seguidamente, a I) Perspectiva histórica, II) as entrevistas de questões abertas, III) organização, categorização, interferência e informatização das análises e, por fim, IV) realizar uma análise categorial, de avaliação, enunciação e proposições dos discursos, assim como das expressões e relações presentes nas falas (Santos, 2012).

## **DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **Processo e Vivência em Situação de Rua**

Neste tópico do trabalho, foram discutidos as questões sobre o processo e as experiências de vida que antecederam a entrada de mulheres transexuais e travestis na situação de rua, com o objetivo de analisar as possíveis e mais frequentes causas para a ocorrência desse fenômeno. Analisamos, também, como se dão as vivências em situação de rua dessa população. Para tal fim, faremos uma intersecção entre a literatura acadêmica e as falas expressadas por Isabella no vídeo intitulado “O amor Transforma - Isabella e Fabrício” publicado no YouTube, em 2017, pela página “SP invisível”.

Isabella é uma mulher trans, natural de Fortaleza - CE, tem 29 anos, conheceu seu companheiro, Fabrício, na Baixada Santista, e os dois se encontram em situação de rua. Segundo Fabrício, quando conheceu Isabella,

ela era casada com outro homem que a agredia frequentemente. Isabella veio para São Paulo aos 17 anos e começou a trabalhar como profissional do sexo. No decorrer dos seus relatos, fica claro que a morte da mãe foi uma perda muito significativa para ela e causou um grande impacto e mudanças em sua vida, sendo um fator decisivo para que ela saísse de casa. Após concluir o ritual de despedida de sua mãe, Isabella conta que começou a se prostituir e a usar drogas. Durante o vídeo é possível perceber o modo como a subjetividade de Isabella foi se constituindo, e a sua fala traz fortes relatos de contínuas agressões vivenciadas ainda quando criança. Ao ser questionada sobre seu pai — um policial militar — ela traz uma certa revolta em seu discurso. Isabella relata que teve uma infância muito dura e triste, sendo-lhe negada, dentre outras

coisas, a oportunidade de brincar, pois, qualquer coisa que fazia já era motivo para ser agredida fisicamente pelo próprio pai que era muito violento, além de presenciá-lo agredindo a sua mãe. Durante a conversa, Isabella atrelou a causa da morte da mãe ao sofrimento provocado pelo pai. Além das violências físicas, Isabella diz que o pai abusava sexualmente dela desde quando ela tinha 10 anos. Fabricio relata que os dois sofrem muitos preconceitos de outros moradores de rua no dia a dia pelo fato de Isabella ser uma mulher trans. Eles disseram que já foram agredidos com pauladas e facadas por outras pessoas em situação de rua e, devido a isso, deixaram de frequentar alguns lugares mais suscetíveis a essas violências.

De acordo com Bauman (2005 apud Dias et al., 2015), as falhas do sistema capitalista não

são os fatores que levam à ocorrência da situação de rua. Por outro lado, esse fenômeno está atrelado ao modo de funcionamento desse sistema, cujo objetivo é o excesso de produção de materiais e de humanos, tornando-os descartáveis quando julgados sem serventia para a sociedade. Nessa perspectiva, Dias et al. (2015), afirmam que as pessoas em situação de rua — fruto dos “resíduos humanos” produzidos pelo sistema capitalista — têm suas trajetórias e vivências marcadas pela invisibilidade, opressão, violência simbólica e física. Tais aspectos são reforçados, sobretudo, quando se faz um recorte de gênero, raça, orientação social, classe, idade e atividade laboral. Neste sentido, a partir do relato de Isabella, podemos afirmar categoricamente que a sua trajetória foi marcada por violências que começaram em casa e per-

durou mesmo após ter saído de casa. Durante a infância e parte da adolescência, ela viveu em um lar desestruturado, onde observava cenas de violências direcionadas à mãe, sendo Isabella também alvo de agressões, tornando sua infância aniquilada pela dor e sofrimento decorrentes de um ambiente hostil, controlador e abusivo. Quando perde sua mãe, que parece ter sido uma figura muito importante em sua vida, Isabella desestabiliza-se e o refúgio parece ser as drogas, e a rua aparenta ser uma tentativa de se livrar daquele ciclo de violência. Entretanto, a vivência na rua para Isabelle ainda assim é muito hostil e marcada por outras experiências de violência. Desse modo, a invisibilidade, a falta de redes de apoio e a ausência do Estado se fazem presentes durante toda a trajetória de Isabelle e tornam mulheres trans alvos da violência

e opressão.

A história de Isabella é consonante com o relato de outras mulheres transexuais que também acabaram nas ruas. Em sua reportagem, Carlos Minuano (2021) escreve sobre a trajetória de três mulheres até a chegada na Casa Florescer, instituição de acolhimento para mulheres trans e travestis, localizada na região central de São Paulo. A narrativa de duas delas — Gabriely e Amanda — são parecidas: saíram de algum interior do país em direção à cidade, com esperança de melhorarem de vida. Contudo, a decisão de deixar o local de origem não foi tomada de forma espontânea por nenhuma das entrevistadas. Katharina, 21, por exemplo, já residia na capital paulista, porém os problemas familiares causados pela “(...) incompreensão materna lhe tiraram o teto” (Minuano, 2021, p. 4).

Amanda, também com 21 anos, conta que a falta de perspectivas na pequena cidade em que morava a impulsionou a ir atrás de um futuro no sudeste. Para isso, sujeitou-se às exigências de uma cafetina que explorava ela e outras travestis, o que acarretou o abuso de álcool e outras drogas para suportar tais condições. Gabriely, 28, traz similaridades em seu discurso quanto às razões que a levaram à rua: com sonho de fazer faculdade e conseguir um emprego, foi em busca disso em São Paulo. Chegando lá, deparou-se com a desilusão frente à realidade: sem dinheiro para arcar com uma moradia, foi orientada por outros moradores de rua a buscar a Casa Florescer.

A busca por uma melhoria de vida não é o único fator que leva essas mulheres à situação de rua. Como citado anteriormente, Katharina foi expulsa da casa de

sua mãe por conta dos conflitos na relação com a progenitora, evangélica e conservadora, que não aceita sua identidade de gênero.

“As roupas femininas e a terapia hormonal foram a gota d’água. Minha mãe começou a me ignorar até chegar ao ponto de pedir para eu ir embora” (Minuano, 2021, p. 4).

Por outro lado, Gabriely conta que deu início a sua transição aos 13 anos, quando começou a vestir roupas femininas. Ao contrário de sua colega, foi aceita em casa, porém o trabalho braçal o qual ela exercia em sua cidade no interior fez com que buscasse outras alternativas de sustento para sua vida.

As vivências explicitadas nas narrativas colocadas acima nos ajudam a melhor com-

preender a natureza do desalojamento sofrido por essas mulheres: as altas prevalências de violência física e verbal descritas resultam numa saída precoce de casa, tendo como motivação o preconceito estrutural, por pessoas trans, expressado pela população em geral (Zucchi et al., 2019). Por conta da disfunção da rede de apoio principal — família nuclear —, as dificuldades financeiras começam a aparecer, o que deixa essas mulheres com poucas opções: sem estrutura familiar, sem educação formal e sem apoio institucional, elas se encontram obrigadas a vender o que têm, seus corpos, a fim de sobreviver longe dos preconceitos presentes em sua residência de origem. Ou seja, o preconceito incrustado na ideia conservadora de família tradicional traz consigo uma cascata de acontecimentos futuros que serão sentidos por

essas mulheres ao longo de suas vidas.

### **Perspectivas sobre a Rua - Atos de Violência**

No relato de Débora Rodrigues, mulher transexual de 25 anos, moradora do Capão Redondo, zona sul de São Paulo, é possível perceber como há problemas relativos à situação de rua que são exclusivos da população transexual. Débora, durante a entrevista, conta sobre a sua trajetória e aborda os fatores determinantes que resultaram na situação de rua. Em um determinado momento da entrevista, a protagonista diz ter que “ser duas em uma: Débora e Wanderlei”, em algumas ocasiões.

De acordo com Barata, Junior, Ribeiro e Silveira (2015, p.227) “Viver na rua significa um acúmulo de desvantagens que se

traduzem em maior discriminação social”. Isto pode ser percebido no discurso de Débora, pois, ao estar exposta ao abandono social e à negligência da situação de rua, são comuns as agressões físicas pela forma que esta se porta perante a sociedade, seja enquanto homem em situação de rua, e ainda mais enquanto mulher transexual.

Neste momento, e devido a tais fatores, Débora relata ser obrigada a assumir o papel de Wanderlei para a proteção de sua integridade física, pois, a figura feminina, de acordo com ela, não é capaz de a defender no contexto da rua. Débora, no entanto, retorna a ser ela mesma quando obrigada a se prostituir. Embora não tenham sido abordados de forma mais profunda os aspectos relativos à “profissão” da entrevistada, esta conta sobre como sentiu sua personalidade ser rebaixada

quando começou a se prostituir por conta do vício em drogas, gerando uma sensação de perda de controle da própria vida.

É evidente que cada figura citada por Debora possui papéis sociais distintos e delimitados, sendo evocados em momentos e circunstâncias diversas, mas que, ainda, fazem parte de uma só vivência individual, que é constantemente agredida e colocada à prova devido à sua vivência na rua.

Estas violências sofridas, conforme já abordado previamente, se agravam de maneira significativa para a população transexual. Isto porque a violência categoriza-se de forma distinta para este grupo. A mulher ou homem transexual que sofre agressão física ou verbal, ocupa um lugar social ainda mais violento quando comparado a pessoas cisgêneras, conforme Men-

des, Pilecco, Jorge (2020), Rosa (2012) e Frangela (2009).

### **Movimentos Institucionais**

Apesar de escasso, a população transexual e travesti tem conquistado um espaço institucional necessário quando se trata da aquisição e garantia da efetivação de direitos constitucionais. O nome social, modo da pessoa se apresentar e ser reconhecida socialmente a partir de sua identidade de gênero, foi garantido apenas em abril de 2016, com o decreto n.º 8.727 presente na Constituição brasileira, em que a requalificação civil, isto é, alteração de nome e gênero na certidão de nascimento, é garantida legalmente a essa população. Outro fator crucial na legitimação das demandas da população trans em todos os outros documentos, está no direito de realização da cirur-

gia de redesignação sexual pelo Sistema Único de Saúde (SUS), desde agosto de 2008, devendo atender ao requisito de idade mínima, reduzida de 21 para 18 anos, sendo ainda mais baixo para iniciar o processo de terapias hormonais, que pode ser realizado a partir dos 16 anos com o acompanhamento de profissionais qualificados.

Ainda em relação à efetivação desses direitos, entende-se que não se apresentam em pleno funcionamento e tampouco atingem toda população que pretende amparar. O nome social, por exemplo, apresenta alta complexidade de execução, além de ser pouco acolhedor, sendo necessário provar sua transsexualidade para os órgãos responsáveis, o que acaba reprimindo essas tentativas. No âmbito da saúde, destaca-se que alguns protocolos do SUS ainda não são adaptados



para pessoas Trans:

“Alguns tipos de tratamento referentes à saúde reprodutiva são negados nos sistemas de marcação de consulta. Por exemplo, uma mulher trans que tenha ratificado o documento ainda precisa fazer exames de próstata. O mesmo com homens trans que não passaram por cirurgia e precisam fazer exames ginecológicos, mas não conseguem marcar.” (Secretaria de política para mulheres, 2020, p.1).

Em uma pesquisa realizada no Diário da União, Resolução N°40 de 13 de outubro de 2020, sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, não são encontradas políticas públicas ou direitos que focalizam especial-

mente a população Trans e Travesti em situação de rua, sendo esses reduzidos ao nome social e questões fisiológicas de seu órgão reprodutor. Diante desse cenário, são criadas instituições e projetos individuais que visam ajudar diretamente essa população, transferindo muitas vezes a responsabilidade e atuação direta do Estado nessas questões.

Neste contexto, existe a Casa Florescer, centro de acolhimento em São Paulo, que atualmente abriga e assiste 30 mulheres transexuais e travestis que vivem em situação de rua de modo a promover a autonomia e a reconstrução de vínculos familiares e comunitários. Além disso, visa também a garantia do acesso a outros serviços como redes socioassistenciais e orientações frente a benefícios e políticas públicas. É administrada pela Coordenação Regional das obras

de Promoção Humana - CROPH, organização da sociedade civil, sem fins lucrativos e responsável pela administração de diversos projetos sociais conveniados aos programas conduzidos pelos órgãos públicos da cidade, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos.

A exemplo do funcionamento desses serviços, o Centro de Acolhida Especial (CAE) foi inaugurado em 2019 junto à Casa Florescer II, na região do Tucuruvi, localizada na Zona Norte. Essa nova unidade mantém o objetivo de atender as demandas dessa população. Conforme a notícia publicada no site da Prefeitura de São Paulo:

“O serviço oferecerá alimentação completa em diferentes turnos (...), higiene pessoal, acolhi-

mento, atendimento socioeducativo e psicológico, encaminhamentos para rede socioassistencial. As conviventes poderão participar de oficinas, rodas de conversa, palestras internas e externas, festas, assembleias, filmes, passeios, construção e acompanhamento do Planejamento Individual de Atendimento.” (Secretaria especial de comunicação, 2019, p.1).

Esses serviços podem ser acessados pela população através de encaminhamentos realizados pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especial de Assistência Social (CREAS), centros POP, outros serviços assistenciais guiados por políticas públicas e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (Secretaria

especial de comunicação, 2019).

Por funcionar como um serviço de suporte e promoção de autonomia, a Casa Florescer recebe esses sujeitos em situação de vulnerabilidade social e conduz um trabalho sistematizado de tentativa de inseri-las na sociedade de forma efetiva. Assim, em um vídeo Institucional publicado no perfil oficial da instituição na rede social Instagram em 29 de janeiro (dia da Visibilidade Trans), é possível perceber a funcionalidade no desenvolvimento desses processos. As conviventes são chamadas de “sementes” pelo gestor da casa florescer, explicitando as possibilidades proporcionadas, como a de pertencer a um espaço acolhedor, alimentação, atendimento psicológico, entre outras ações que dizem respeito ao plano individual.

Em sua fala durante este vídeo institucional, Mariana, de

37 anos, paranaense que reside em São Paulo há 8 anos e 5 meses e que foi acolhida na Casa Florescer, conta que vivia em situação de rua e buscava por um lugar onde pudesse “(...) me sentir bem, dar continuidade aos meus estudos e dar início a um curso ou trabalho”. Na contramão dos dados apresentados pela Pesquisa de Vulnerabilidade de LGBTQ+ que conta com 21,6% da população trans desempregada - quase o dobro da levantada pelo IBGE (12,6%) - Mariana conseguiu desenvolver em conjunto com os serviços prestados pela Casa, uma melhora da autoestima, construindo uma perspectiva de futuro que concretizou seus objetivos, conseguir um emprego, e dar continuidade aos estudos.

Como já citado, a expectativa de vida da população Transsexual e Travesti é de 35 anos, não sendo disponibilizados

direitos legais e sobre suas próprias vidas, corroborando para carência de discursos que revelam as perspectivas futuras dessa população, que cada vez mais, luta por espaços de sobrevivência política. Em uma matéria da Carta Capital intitulada “Eu moro na rua, mas ainda sonho”, o depoimento de Chiara, uma mulher trans de 27 anos que vive nas ruas de São Paulo, explicita esse processo de exclusão e as dificuldades de se atingir determinados sonhos:

“A resistência que tivemos de chegar vivas até aqui é a mesma resistência que, com a ajuda de vocês, podemos mudar essa realidade. Eu comecei minha vida com sonho de fazer artes cênicas. Eu já trabalhei como telemarketing, orientadora social (...) Alcançar um sonho é algo que não pode-

mos parar. Eu moro na rua, mas eu ainda sonho. Moramos aqui, mas trabalhamos. Não estamos aqui para brincar. O que acontece conosco, me desculpem, mas é consequência da realidade. Nos jogaram aqui e vocês podem nos tirar daqui” (Putti, 2021, p.1).

Portanto, é relevante, entender que a quantidade de espaços e o conhecimento dessas casas de acolhida não atingem toda essa população, impossibilitando que muitas mulheres experienciem a vida como relatado por Mariana e Chiara.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A negligência estatal, aliada à ausência de aceitação familiar e social, são apresenta-

dos como fatores determinantes para o agravamento da marginalização da população trans em situação de rua. Nos relatos observados nas entrevistas, todas as participantes abordam como a negligência familiar teve papel determinante nas escolhas que resultaram na condição de situação de rua, seja devido às violências sofridas no ambiente doméstico, quanto à falta de suporte nos períodos de transição. No entanto, ao fugir destas violências, encontram-se expostas a novos tipos de abuso e abandono nas ruas, transicionando e acumulando ainda mais sofrimentos físicos e psicológicos.

Em relação às condições de trabalho, torna-se evidente como a prostituição aparece na rotina desta população como única forma de manutenção das condições de vida. Ao serem negadas e subjugadas pelo merca-

do de trabalho, resta-lhes como uma única alternativa a venda do próprio corpo para continuarem sobrevivendo. No entanto, o sofrimento resultante desta condição agrava, mais uma vez, as condições de subsistência destas pessoas, o que as leva a buscar, em diversos contextos e maneiras distintas, alternativas de fuga da realidade concreta que se apresenta no seu cotidiano.

Vê-se também a baixa efetividade e o desamparo das leis voltadas a essa população, apresentando dificuldades de acesso e de conhecimento sobre seus direitos já sancionados. Como afirma Thatiane, presidente da rede Trans em entrevista a SPM: “A morte social é silenciosa (...) Essa pessoa não conseguiu acessar quase nenhuma política pública nem ter uma vida social digna (...) porque a nossa sociedade não a enxerga como cidadã de

fato” (Secretaria De Política Para Mulheres, 2020, p.1).

Como tentativa de romper com essa desassistência, têm-se alguns projetos de lei e instituições que prestam esses serviços, como a Casa Florescer, Casa 1 e o próprio projeto da Deputada estadual de São Paulo, Erika Hilton (PSOL) - Fortaleça uma pessoa Trans - que busca reunir os coletivos de acolhimento a essa população que estão em funcionamento. Assim, estas instituições, quase sempre ligadas à assistência social organizada pela sociedade civil e fomentada pelos serviços públicos, se apresentam cruciais neste processo, tendo em vista a atuação ativa na garantia de efetivação dos direitos dessa população, promoção de dignidade e os movimentos de reestruturação das representações dessa população na sociedade.

Com isso, podemos con-

cluir que os entraves vivenciados por essa população agravam a invisibilidade trans nas mais importantes esferas que compõem a sociedade e estão ligadas a um movimento étnico-político de exclusão e invalidação social. A ausência de representantes no legislativo que façam parte ou conheçam a luta desse grupo minoritário torna árduo o trabalho de criação e aprovação de políticas públicas efetivas que abarquem as questões que permeiam a vida dessas pessoas. O apagamento das populações transexual e travesti em situação de rua também é visto na falta de produção de trabalhos acadêmicos que debatam o assunto, o que reafirma a escassez de discussão acerca do tema e é um indicador da necessidade de fomento à pesquisa nesta temática.

**REFERÊNCIAS BIBLIO-**

## GRÁFICAS

- Barata, Rita Barradas; CARNEIRO JUNIOR, Nivaldo; RIBEIRO, Manoel Carlos Sampaio de Almeida; SILVEIRA, Cássio. Desigualdade social em saúde na população em situação de rua na cidade de São Paulo. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 219-232, jun. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902015s01019>
- Bardin, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p
- Benevides, Bruna G.; Nogueira, Sayonara Naidier Bonfim. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 80 p. ANTRA. IBTE.
- Bortoni, Larissa. Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional. Fonte: Agência Senado. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>. Acesso em: 07 out. 2020.
- Brandão, Brune Coelho. et al. Por onde circulam os corpos invisíveis?: intersecções entre população em situação de rua e gêneros dissidentes no acesso institucional urbano. *Rebeh - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, [S.I], v. 1, n. 2, p. 141-170, 27 dez. 2018.
- Cae Florescer. Casa Florescer, 2021. Sobre nós; Porque fazemos. Disponível em: <https://casaflorescer.netlify.app/> Acesso em: 6

Mai. 2021.

Carvalho, Mario. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. Cad. Pagu, Campinas, n. 52, e185211, 2018 .

Casa Florescer. Visibilidade Trans hoje e sempre. São Paulo, 29 Jan. 2021. Instagram @casaflorescer\_ Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CKpyGHoJQyQ/?igshid=movfx5zywmkt> Acesso em: 6 Mai. 2021

Dias, André Luiz Freitas. et al . À margem da cidade: trajetórias de invisibilidade e exclusão de travestis em situação de rua. Gerais, Rev. Interinst. Psicol., Juiz de fora , v. 8, n. spe, p. 214-233, dez. 2015 . Dispo-

nível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pi82202015000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pi82202015000200005&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 09 maio 2021.

Fraser, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento: Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Trad.: Júlio Assis Simões. Caderno de Campo. São Paulo, n.14/15, p.231-239, 2006.

Gomes, Jordhana Maria Costa; Pereira, Fabio Queiroz. Pobreza e gênero: a marginalização de travestis e transsexuais pelo direito. Rev. direitos fundam. democ., v. 22, n. 2, p. 210-224, mai./ago. 2017.

Lopes, Roseli E. et al. UM OLHAR SOBRE AS TRAJETÓRIAS, PERCURSOS E HISTÓRIAS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA. Caderno



Brasileiro de Terapia Ocupacional. São Carlos, p. 28-53. jan. 2003.

Mendes, Lindalva Guimarães. et al. Proteção social e produção do cuidado a travestis e a mulheres trans em situação de rua no município de Belo Horizonte (MG). Saúde em Debate, [S.L.], v. 43, n. 8, p. 107-119, 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042019s808>.

Minuano, Carlos. Como é a vida das transexuais em situação de rua em São Paulo. UOL, São Paulo. 21 de fev. de 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/reportagens-especiais/humilhadas-e-ofendidas/>>. Acesso em: 09 de mai. de 2021.

Natalino, Marco Antônio Carvalho. Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil. Brasília: IPEA, 2016.

Pedra, Caio Benevides. et al. Políticas Públicas Para Inserção Social de Travestis e Transexuais: Uma Análise do Programa “Transcidadania”. Revista de Ciências do Estado, v. 3, n. 1, p. 170-199, 19 jul. 2018.

Putti, Alexandre. “Eu moro na rua, mas ainda sonho”. A vulnerabilidade das pessoas trans que vivem nas ruas de SP. Carta Capital, São Paulo. 30 de jun. de 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/eu-moro-na-rua-mas-ainda-sonho-a-vulnerabilidade-das-pessoas-trans-que-vivem-nas-ruas-de-sp/>>. Acesso em: 10 de mai. de 2021.

Brasil. Resolução nº 40, de 13 de Outubro de 2020-DOU, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.>

in.gov.br/web/dou/-/resoluç3tu-ro=-de2020-286409284-#:~:text=%C2%A71%C2%BA%20Considera%2Dse%20popula%C3%A7%C3%A3o,de%20moradia%20e%20de%20sustento%2C. Acesso em 6 de mai. de 2021

Rui, Taniele; Frangella, Simone M. Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009, pp. 361. Revista de Antropologia, [S. l.], v. 53, n. 2, 2012. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2010.37394. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/37394>. Acesso em: 20 maio. 2021.

Santos, Fernanda Marsaro dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. Resenha de: [BARDIN, L. Análise de conte-

údo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.] Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v.6, no. 1, p.383-387, mai. 2012. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>.

Secretaria Especial De Comunicação. “Nova unidade da Casa Florescer é inaugurada no Tucuruvi”. Cidade de São Paulo: Assistência e Desenvolvimento Social. 4 de nov. de 2019. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/noticias/?p=287450](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/noticias/?p=287450). Acesso em 6 de mai. de 2021

Secretaria De Política Para Mulheres. “Dia Nacional da Visibilidade Trans: entenda quais os direitos que a legislação brasileira garante a travestis e pessoas transgênero” Bahia. 29 de Jan. de 2020. Disponível em: <http://www.mulheres.ba.gov>.

br/2020/01/2713/Dia-Nacional-da-Visibilidade-Trans-entenda-  
-quais-os-direitos-que-a-legisla-  
cao-brasileira-garante-a-traves-  
tis-e-pessoas-transgenero.html

Sicari, Aline Amaral; Zanella,  
Andrea Vieira. Pessoas em Situ-  
ação de Rua no Brasil: Revisão  
Sistemática. *Psicol. cienc. prof.*,  
Brasília, v. 38, n. 4, p. 662-679,  
Out. 2018. Disponível em <[http://  
www.scielo.br/scielo.php?scrip-  
t=sci\\_art8932018000500662&l-  
ng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art8932018000500662&lng=en&nrm=iso)>. ac-  
cess on 07 Out. 2020.  
[https://doi.org/10.1590/1982-  
3703003292017](https://doi.org/10.1590/1982-3703003292017).

SP Invisível. O Amor Trans'for-  
ma - Isabella e Fabrício. 2017.  
Disponível em: <[https://www.  
youtube.com/watch?v=JrEBwm-  
FeKqc&t=104s](https://www.youtube.com/watch?v=JrEBwm-FeKqc&t=104s)>. Acesso em: 09  
mai. 2021.

Zucchi, Eliana Miura et al. Bem-  
-estar psicológico entre travestis  
e mulheres transexuais no Esta-  
do de São Paulo, Brasil. *Cader-  
nos de Saúde Pública* [online].  
2019, v. 35, n. 3, p. 3 [Acessa-  
do 9 Maio 2021], e00064618.  
Disponível em: <[https://doi.or-  
g/10.1590/0102-311X00064618](https://doi.org/10.1590/0102-311X00064618)>.  
Epub 25 Mar 2019. ISSN 1678-  
4464. [https://doi.org/10.1590/  
0102-311X00064618](https://doi.org/10.1590/0102-311X00064618).